

DF - cidade estrutural.

PONTO CRÍTICO

O governo do Distrito Federal deve permitir que um novo assentamento se instale ao lado da Via Estrutural? Um secretário do GDF, o presidente do Sindicato dos Arquitetos e o deputado distrital que defende a criação da Cidade Estrutural respondem.

Falsa polêmica

Chico Floresta

O governo do PT no Distrito Federal está se caracterizando pelas opções claras que assume em detrimento das falsas polêmicas alimentadas pela oposição. Mais uma delas está se registrando neste momento, com o agravante de envolver um dos problemas mais dramáticos de Brasília. O caso das invasões na Via Estrutural é exemplar sob o aspecto da manipulação de informações.

Exemplar porque o governo fez uma opção clara, nesse caso, levando em consideração três componentes: a questão ambiental, os desdobramentos políticos e sociais e as implicações econômicas.

É bom lembrar que uma ocupação urbana não pode ser definida a partir de critérios míopes, ou seja, que priorizem apenas um dos aspectos envolvidos.

O parâmetro ambiental é o ponto de partida para entender a impossibilidade de ocupação urbana na Estrutural. A região abriga o único depósito de lixo de Brasília, responsável por uma contaminação intensa.

Como se não bastasse, é vizinha ao Parque Nacional de Brasília, uma região federal protegida por lei e que é de vital importância para a

A área não é adequada para ocupação populacional, por mais que isso seja necessário para as famílias lá acampadas

qualidade de vida do Distrito Federal.

O Estudo de Impacto Ambiental realizado no Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA) é claro: a área não é adequada para ocupação populacional, por mais que isso seja necessário para as famílias lá acampadas.

Uma questão econômica também envolve a ocupação da Estrutural. Pelos estudos realizados por esta secretaria, a área só pode ser destinada a atividades econômicas não impactantes, ou seja, que não provoquem prejuízo ao meio ambiente.

Basicamente, indústrias têxteis e de móveis, além de serviços e comércio com depósitos atacadistas. Pelas suas características, a Estrutural foi designada para abrigar a SCIA. Um setor industrial com essas características garante uma utilização 65% menor da área em discussão.

A desocupação, então, se faz necessária. Mas não se concretizará sem uma ampla discussão por parte do governo sobre o destino da população que ali está abrigada. Ela será realizada em três etapas: retirada dos barracões não habitados, cadastramento dos moradores e verificação de sua situação econômica. Aos moradores comprovadamente carentes será

destinada uma área provisória de assentamento, que está em fase de seleção.

O desdobramento social e político não está sendo relegado. Desde que assumiu, o governo democrático e popular do PT alterou profundamente a política habitacional no Distrito Federal. As diretrizes essenciais serão anunciadas muito brevemente pelo governador Cristovam Buarque.

O governo, legítimo representante do povo de Brasília, foi eleito para assegurar as diretrizes escolhidas pela população no nosso programa de governo. Elas estão sendo cumpridas com determinação.

É norma do governo, em primeiro lugar, respeitar o cadastramento do Instituto de Desenvolvimento da Habitação (IDHAB). Esse cadastro inclui trabalhadores de baixa renda, servidores federais e toda a sorte de categorias que nunca tiveram atenção do poder público na área habitacional.

Essa a transparência do governo do PT que tanto desagradou a oposição. Não há decisões mesquinhas, parciais. Há opções baseadas em um amplo debate com a sociedade, através de seus representantes.

Como dissemos no início, opções claras. Por isso o justificável descontentamento de nossos adversários. E o estranhamento que nos causa a defesa que fazem dos fracos e oprimidos, quando sempre foram parlamentares subservientes aos interesses dos cartéis imobiliários do Distrito Federal.

Chico Floresta é secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do GDF

Uma política derrotada

Luiz Alberto Gouvêa

Brasília foi palco de um fato inédito na história da habitação do Brasil. Nunca um governante "doou" cerca de 120 mil lotes residenciais (20% do total de domicílios do estado) e foi derrotado numa eleição.

Esta foi a retribuição da população do DF a uma política populista de criar assentamentos residenciais de baixa qualidade, não gerar empregos e colocar em risco a qualidade ambiental da capital do país, com a proliferação de loteamentos em áreas de preservação.

Não é admissível que o atual governo venha a incorrer nos mesmos equívocos e implante a "Cidade Estrutural". É necessário refletir sobre os riscos de se assentar algumas famílias em local inadequado e colocar em risco uma área de preservação ambiental. Além do fato de iniciar a construção de uma nova cidade, quando existem dezenas de núcleos sem a infra-estrutura adequada.

Não se sugere como opção a simples remoção das famílias, mas o assentamento delas próximo aos núcleos existentes, do outro lado da via Estrutural, estabelecendo-se a estrada como limite a partir do qual não se deve permitir o uso residencial e muito menos como depósito de lixo, como vem ocorrendo.

A idéia básica que se coloca é contrapor a oferta maciça de loteamentos de baixa qualida-

"Não é admissível que o atual governo venha a incorrer nos mesmos equívocos do anterior e implante a Cidade Estrutural"

de e criação de novas satélites, que vinha ocorrendo, com uma política habitacional que esteja articulada com as demais políticas públicas, com as de educação, saúde, segurança, lazer, transporte, desenvolvimento urbano e principalmente com a política de empregos.

Assim, não é necessária a criação de novas satélites como a Cidade Estrutural. Pelo contrário, é preciso dotar os atuais núcleos urbanos dos equipamentos comunitários e urbanos e de postos de trabalho. É preciso ampliar os setores de indústria das cidades-satélites, descentralizar órgãos da administração pública para as satélites, implantar hortas comunitárias.

É preciso também adequar a expansão dos atuais núcleos urbanos à instalação de pequenas indústrias alimentícias, confecções e mesmo oficinas mecânicas no próprio loteamento, para evitar ao máximo o deslocamento do trabalhador. Em resumo, tornar as cidades-satélites "mais cidades e menos satélites".

Ao mesmo tempo, é importante garantir uma oferta permanente de habitação para todas as faixas de renda, ao invés de uma oferta maciça de habitação em novos núcleos satélites, como fez o governo passado.

A oferta de habitação com a expansão ou adensamento das cidades já existentes é preferível e menos onerosa para o contribuinte do que a cria-

ção de um novo núcleo, como a Cidade Estrutural.

Outro ponto a ser perseguido numa política habitacional deve ser o da qualidade. Tanto as casas quanto os espaços urbanos devem estar adaptados ao sítio e ao clima tropical de altitude do Planalto Central.

Neste particular, a área onde se propõe a Cidade Estrutural é um área sensível, com solos erodíveis, além da proximidade de nascentes e do próprio Parque Nacional, onde se localiza o manancial que abastece a capital. Fatores que não recomendam a localização de novos núcleos urbanos.

Ao mesmo tempo, vê-se a necessidade de se conciliar o atendimento das questões ambientais com as sociais. Neste sentido, o melhor uso para a área onde se pretende assentar a Cidade Estrutural seria um parque nos moldes da Água Mineral.

A criação de um parque na Estrutural em área contígua a Taguatinga, estendendo-se até as proximidades das nascentes do córrego Cabeceiras/Vicente Pires, ao mesmo tempo preservaria a natureza e daria um uso social ao espaço. Preveniria ainda futuros riscos de contaminação do manancial de água de Brasília.

Em suma, as eleições passadas não deixaram dúvidas. A maioria da população votou por mudanças nas políticas públicas, em especial nas de habitação e de empregos.

Uma mudança nestas políticas passa necessariamente pela melhoria da qualidade das propostas habitacionais e por ações que visem aumentar o número de empregos e a renda do trabalhador, procurando sempre conciliar as propostas sociais com a preservação do meio ambiente natural, o que, francamente, não é o caso da proposta da Cidade Estrutural.

Luiz Alberto Gouvêa é professor de Urbanismo da UNB e presidente do Sindicato dos Arquitetos do DF

Assentamento modelo

José Edmar Cordeiro

Programada pelo comunista Oscar Niemeyer para ser uma cidade modelo, de harmônico convívio entre as classes sociais. Brasília foi ao longo dos anos alterando sua concepção original.

Pela força do poder econômico, a elite construiu "barreiras" sociais e as expande a cada instante, isolando os "operários" em verdadeiros guetos de miséria. O sonho do comunista virou pesadelo real. A igualdade de direitos naufragou diante da desigualdade econômica.

Não foi diferente no último governo. A elite, ameaçada pelo surgimento convulso de favelas, apoiou integralmente a política de remoção das invasões e da criação de assentamentos em pontos distantes — muito distantes, mesmo — do Plano Piloto. Era a consolidação do apartheid social, a antítese do que foi planejado por Niemeyer.

A esquerda contestou, é verdade. A principal crítica feita ao programa habitacional do antigo governo era de que os novos assentamentos foram instalados sem qualquer preocupação com a geração de empregos. Não havia — e não há trabalho nestas cidades.

Hoje a esquerda está no poder. Tem a chance de mostrar, na prática, como se faz um assentamento habitacional. A primeira chance pode ser a criação da Cidade Estrutural, cujo projeto foi aprovado por unanimidade na Câmara Legislativa. O

"É a chance que a esquerda tem de colocar a teoria na prática. De mostrar que pode combater o apartheid social"

projeto foi resultado de longas discussões, entendimentos e o consenso de que não podemos mais isolar pobres em guetos sem emprego.

Ironicamente, as críticas mais contundentes à Cidade Estrutural partiram de um comunista, o secretário de Indústria e Comércio, Carlos Alberto Torres. Lembro que ele participou da luta pela fixação da Telebrasil e do Varjão. Contestou também a formação de guetos pelo governo Roriz.

Mas hoje, comunista reciclado, se travestiu de secretário e diz que a área foi prometida a empresários. Seis meses após a eleição, defende intransigentemente grupos especulativos e a remoção das famílias que há

anos residem lá, tirando do lixo o seu sustento.

O argumento utilizado pelo secretário é que a área não comporta assentamento habitacional, por representar um perigo iminente ao Parque Nacional de Brasília. Resgata a Resolução 13/90 do Conama e diz que nada pode ser instalado num raio de dez quilômetros de uma área de preservação ambiental sem a autorização do Ibama.

Mas, quando interesses empresariais, da elite, estão em jogo, todas as barreiras são transpostas. Foi assim com a autorização para instalação do Setor Sudoeste, do Setor Noroeste e de Águas Claras, todos eles dentro do raio de dez quilômetros do Parque Nacional. Foi assim com a autorização para implanta-

ção do Setor de Abastecimento e Armazenagem Norte (SAAN), onde funcionam fábricas de manipulação de cimento, praticamente ao lado das piscinas da Água Mineral.

Fecharam os olhos também para o crescimento da invasão de ricos da chamada Colônia Agrícola Vicente Pires, do outro lado da Via Estrutural. As chácaras de lazer possuem poços artesanais a cada 50 metros, utilizando de forma desordenada o lençol freático que abastece as nascentes do Parque Nacional.

A única conclusão que posso tirar é que pobre polui. Rico não. Indústria não. Mas pobre sim.

Ora, se é possível implantar indústrias ao lado de uma reserva ambiental como o Parque Nacional, é porque há técnicas para evitar um desastre ecológico.

Da mesma forma, normas rigorosas poderiam ser adotadas para um assentamento. Defendo a instalação de um projeto piloto de urbanização ambiental, um assentamento não só com emprego perto, mas com características de proteção e conscientização ecológica.

Uma cidade onde as escolas fariam da criação e de seus parentes verdadeiros fiscais do Parque Nacional. Onde os postos de saúde ofereceriam medicina alternativa. Onde a coleta de lixo seria especialmente preparada para a reciclagem, a horta comunitária utilizaria métodos naturalistas. Uma cidade modelo, inclusive com um Setor de Organizações Não Governamentais, que fiscalizariam o projeto.

É a chance que a esquerda tem de colocar a teoria na prática. De mostrar que pode combater o apartheid social.

Está nas mãos do governador.

José Edmar Cordeiro é deputado distrital pelo PSDB e autor do projeto que cria a Cidade Estrutural.